



DESDE 1988  
AO LADO DOS  
TRABALHADORES

Vitória dos trabalhadores  
da Eletrobras: PL 1791/19 é  
aprovado no Senado  
Página 2



Sinergia participa de 18º  
Encontro Internacional da  
Rede Vida Viva  
Página 3



[www.linhaviva.org.br](http://www.linhaviva.org.br)

CELESC

## Vitória dos trabalhadores da Celesc

MOBILIZAÇÃO E LUTA DOS CELESQUIANOS FAZEM COM QUE ATENDIMENTO COMERCIAL PERMANEÇA NA DIRETORIA COMERCIAL



Imagens da manifestação pacífica dos trabalhadores da Celesc no hall do 5º andar, onde ocorria a reunião do Conselho de Administração, em setembro

Em julho deste ano a notícia de uma alteração na estrutura das Diretorias da Celesc trouxe preocupação para os celesquianos. As notícias mostravam que a reestruturação proposta pela Diretoria da empresa trazia riscos regulatórios, **abria as portas para a terceirização do atendimento comercial e atentava contra a participação dos trabalhadores na gestão da empresa**, esvaziando as competências da Diretoria Comercial, a única eleita pelos trabalhadores.

Desde então, os sindicatos da Intercel buscaram mobilizar trabalhadores e trabalhadoras para garantir que a mudança da estrutura não prejudicasse o caráter público da Celesc e o atendimento à população, papel principal de uma empresa pública. Ainda em agosto, os dirigentes sindicais iniciaram uma percorrida nos gabinetes da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), buscando apoio de deputados estaduais para barrar quaisquer alterações que pudessem trazer risco à Celesc Pública, aos trabalhadores e à sociedade.

O tema foi debatido à exaustão no Conselho de Administração, com recorrentes manifestações do Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Paulo Guilherme Horn, apontando os prejuízos e riscos

contidos na proposta. Além de registrar os posicionamentos da representação dos trabalhadores, o Conselho eleito atuou para informar a categoria, suscitando junto à Intercel a união e a mobilização dos trabalhadores em defesa da Celesc Pública.

O tema esteve pautado para deliberação ainda em setembro, quando os trabalhadores, organizados pelos sindicatos da Intercel, realizaram forte mobilização às portas da reunião do Conselho de Administração, forçando a retirada de pauta da proposta. Infelizmente, a reestruturação voltou à pauta em novembro, sendo aprovada com o **voto contrário da representação dos empregados no Conselho de Administração**.

Entretanto, a aprovação no Conselho de Administração não encerrou o trabalho da Intercel, que permaneceu trabalhando em conjunto com os deputados estaduais, uma vez que a proposta ainda teria que passar para debate e aprovação na ALESC, conforme determina a Constituição do Estado de Santa Catarina. A persistência das representações dos trabalhadores e a disposição de luta da categoria deu resultado.

Nesta semana, o representante dos empregados di-

vulgou uma grande vitória dos trabalhadores: em um recuo da Administração, foi convocada reunião extraordinária do Conselho de Administração para rever a proposta aprovada em novembro. A nova proposta cancelava a ida do Atendimento Comercial para a Diretoria de Regulação, mantendo a área na Diretoria Comercial, garantindo a continuidade dos sistemas comerciais, a qualidade do serviço prestado, a participação dos trabalhadores na gestão e **colocando uma barreira a qualquer intenção de terceirização do atendimento Comercial**.

Apesar da conquista, o Conselheiro Paulo Horn informou que as demais alterações foram mantidas e, por coerência, registrou voto contrário a elas. A proposta deve ser encaminhada e votada ainda esta semana no pacote de fim de ano que o Governo do Estado tradicionalmente encaminha à ALESC, e deve ser aprovada. Cabe à categoria, através da representação dos trabalhadores no Conselho de Administração e dos sindicatos da Intercel, a permanente vigilância e fiscalização dos desdobramentos dessa reestruturação, lutando pela manutenção da Celesc Pública e sem jamais esquecer que a luta dos trabalhadores dá resultado.

# Vitória histórica para trabalhadores da Eletrobras: Senado aprova PL 1791/2019

Aprovação do PL no Senado é fruto da luta e mobilização das entidades sindicais

Na terça-feira, 2 de dezembro, o Plenário do Senado Federal aprovou o PL 1791/2019, que assegura o **reaproveitamento dos empregados das empresas públicas do setor elétrico desestatizadas** – em especial os **demitidos após a privatização da Eletrobras**. O projeto foi apresentado em 2019 na Câmara pelo então deputado federal Assis Carvalho (PT/PI).

O PL altera a Lei 12.783/2013 para determinar que os trabalhadores desligados em função da privatização sejam realocados em outras empresas públicas ou de economia mista, **caso não desejem ou não tenham opção de permanecer na empresa privatizada**. A realocação deve garantir atribuições compatíveis, preservação de direitos e manutenção de salários compatíveis com os ocupados anteriormente. O projeto busca preservar a experiência e o conhecimento técnico especializado acumulados pelos trabalhadores – evitando que o setor elétrico perca profissionais qualificados por demissões em massa.

De acordo com a Presidenta da Federação Sul dos Urbanitários (FESUL), Cecy Marimon, a aprovação do PL representa uma vitória “pois trabalhadoras e trabalhadores do grupo Eletrobras sofreram nos últimos anos a privatização e seus efeitos perversos. A empresa, essencial para a manutenção da energia pública no Brasil, foi privatizada no apagar das luzes do governo anterior e a categoria vem sofrendo desde o início das privatizações com demissões, assédio moral, sofrimento mental e insegurança”. Cecy explica que “a aprovação do PL é resultado da luta da categoria, do Coletivo Nacional dos Eletricários, das Federações de Urbanitários, que encaminharam juntamente com os demais integrantes da categoria esse projeto no Congresso Nacional.”

Além disso, a medida tem forte impacto social: muitas das pessoas demitidas – inclusive técnicos e trabalhadores com longa experiência – poderão retomar sua função no serviço público, o que implica em segurança, preserva-

ção de renda e valorização da carreira.

## Próximos passos

O PL aprovado deverá ser encaminhado à sanção presidencial e posteriormente será objeto de regulamentação. Cecy explica que “essa regulamentação é que vai estabelecer as regras, critérios, prazos e, muito especialmente, as condições para realocação de trabalhadores e trabalhadoras que sofreram os efeitos da privatização”.

Por fim, Cecy recorda que “a aprovação desse PL diz respeito especialmente a trabalhadoras e trabalhadores das empresas componentes da Eletrobras. Nós éramos aproximadamente 20.000 trabalhadores no grupo Eletrobras e é para essa categoria que o projeto se destina”.

Com informações da Agência Senado



# Má gestão da diretoria força Celesc a vender o seu patrimônio?

Trabalhadores, indignados com a diretoria, questionam o que está por trás da proposta

Celesquianos ficaram espantados, na semana passada, com a divulgação de edital de Chamamento Público para Prospecção de Interessados em pelo menos dois imóveis da empresa: o **terreno da sede, no Itacorubi**, e o terreno em que está localizada a **ARFLO, em Capoeiras** - ambos em Florianópolis.

O espanto da categoria se dá por diversos motivos. Um deles, que a empresa já está em processo de venda do terreno do Almoarifado Central, em Palhoça, que deverá render alguns milhões de reais no caixa - processo de venda que está sendo contestado pelo Sinergia no Tribunal de Contas do Estado. Além disso, chama a atenção o possível interesse da empresa na venda do terreno do Itacorubi, já que nele foi construído e projetado o prédio da Administração Central, que atende as necessidades específicas da Celesc: No edifício da AC foi realizado investimento tecnológico massivo, com sistema próprio de tratamento de esgoto, data center de última geração, novo centro de treinamento, novo centro de operações integrado, cabeamento que poderia dar muitas voltas na Ilha de Santa Catarina, sistemas de telecomunicação de última geração. Todos esses investimentos custaram milhões de reais para a Celesc e não trarão valorização do imóvel, já que atendem as necessidades da Celesc. Ainda que o prédio da Administração Central fosse usado para a construção de um shopping, boa parte dos investimentos feitos não seriam valorizados por compradores, já que **os investimentos fazem sentido tão somente a uma empresa de energia elétrica**.

Na sede da ARFLO, a perplexidade é a mesma: recentemente o prédio foi restaurado, foi realizado um grande investimento no edifício que fica no centro do terreno e que pertence à Administração Central e, para os trabalhadores, não faz sentido a saída do local, já que **a área é estratégica para o atendimento da população em toda a região continental**.

Além disso, trabalhadores da Copel, em contato com o Linha Viva, alertaram que o início do processo de privatização da companhia paranaense iniciou exatamente assim: com a venda de edifícios importantes para a companhia, o que poderia indicar o início do processo de privatização - negado, todas as vezes, pelo **governador Jorginho Mello (PL)**.

Se não é o processo de privatização em curso, o possível interesse da Celesc em vender os terrenos se dá por que motivo? Em seus últimos demonstrativos de resultados, não é perceptível grande piora do desempenho da companhia, trazendo a questão do porquê buscaria agora a Celesc a vender seu patrimônio. O que se sabe que está aprovado é a elevação do percentual de dividendos a ser distribuído para os acionistas. Seria para isso que a Celesc está buscando compradores, para distribuir dividendos aos acionistas?

Assim como outros projetos na empresa, esse também não vem sendo dialogado com os trabalhadores. A diretoria parece fazer questão de deixar os celesquianos com medo do futuro. Em outras épocas, tudo era dialogado e informado à categoria. As palavras de ordem impostas na gestão Tarcísio parecem ser **medo e silêncio**.

## Comissão do Senado aprova fim da escala 6x1

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado **aprova nessa quarta-feira, dia 10, a PEC 148/2015, que põe fim à escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho semanal de 44h para 36h**. O texto ainda precisa ser discutido e votado no Plenário do Senado. A autoria do Projeto é do Senador Paulo Paim (PT/RS) e prevê uma transição gradual na redução da jornada de trabalho até o ano 2030. No Plenário do Senado, as regras ainda poderão passar por mudanças.

## O que o Sinergia está fazendo em relação à possível venda dos terrenos da Celesc?

O Sinergia recebeu com perplexidade a informação, através de inúmeros trabalhadores, do edital de Chamamento Público para possível venda dos terrenos do Itacorubi e de Capoeiras.

Imediatamente, a documentação foi encaminhada ao seu corpo jurídico e **um ofício foi enviado à Direção da Celesc**, a fim de encontrar respostas sobre o assunto. **Até o fechamento dessa edição, a empresa não havia dado retorno**. Além disso, parlamentares foram informados do interesse da companhia, para que também possam buscar respostas junto ao governo Jorginho Mello.

A partir das respostas, o sindicato encaminhará as ações necessárias. O que o sindicato e a categoria esperam é que seja informado que **não há qualquer possibilidade de venda dos terrenos**. Havendo resposta distinta disso, o corpo jurídico já analisa a possibilidade de denúncias junto ao Ministério Público, Tribunal de Contas e demais ações chamando a categoria para a luta. Espera-se que a atual Diretoria não queira ficar marcada como os vendilhões do patrimônio da Celesc.



# 18º Encontro da Rede Vida Viva: Sinergia reforça solidariedade global

Evento foi realizado em Pernambuco no final do mês de novembro



O Sinergia, representado pelos dirigentes Mario Maia e Lucas Silva e a trabalhadora Julia de Souza, ajudou a organizar e participou do 18º Encontro Internacional da Rede Vida Viva. Com participação de representantes da África do Sul, Colômbia, Alemanha, Índia, Costa Rica e Brasil, o evento contou com monitores dos estados de SC, PR, SP, MG, ES, BA, PE, PA e SE.

Na agenda de atividades, a discussão sobre digitalização, novas tecnologias, saúde e estratégias de solidariedade internacional. Durante os três dias de programação, foram promovidos debates, grupos de estudos e troca de experiências sobre os impactos das mudanças tecnológicas nos locais de trabalho e nas condições de trabalho.

Os grupos temáticos discutiram programas de melhoria contínua, uso da tecnologia no dia a dia do trabalho e experiências de países de diferentes conti-

nentes, mostrando estratégias de organização de trabalhadores/as frente às transformações digitais. As discussões também resultaram em propostas para fortalecer a Rede Vida Viva, incluindo ações de digitalização, articulação por cadeias produtivas e compartilhamento de experiências internacionais, definindo encaminhamentos e planejamento para o Plano de Ação 2026.

O Sinergia agradece às pessoas da categoria elétrica que responderam às pesquisas. O resultado apresentado no evento facilitou a discussão sobre as tecnologias e digitalização no trabalho. De acordo com o dirigente do Sinergia Mario Jorge Maia, “agora é continuar desenvolvendo as discussões através das oficinas e procurar soluções para os problemas levantados pelo conhecimento dos/as trabalhadores/as para negociações e denúncias urgentes, evitando o adoecimento mental da classe trabalhadora”.

Durante o evento, o Sinergia expôs os trabalhos realizados durante a Assembleia Estadual dos Trabalhadores da Celesc, em Concordia, e a oficina realizada no 1º Fórum Brasileiro de Inovações Sindicais sobre a experiência da Intercel na Celesc.

# Acordo firmado entre União e Eletrobras volta a ser discutido no Judiciário

Voto decisivo do Ministro Luiz Fux está previsto para essa quinta-feira, 11 de dezembro



O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a discutir, em 4 de dezembro, o acordo firmado entre a União e a Axia/Eletrobras para tentar recuperar parte da influência perdida

pelo Estado após a privatização da maior empresa de energia da América Latina.

A ação chegou ao STF graças à judicialização do caso pela Advocacia Geral da União (AGU) em 2023, alegando afronta ao princípio da proporcionalidade societária e ao direito de propriedade, em decorrência da Lei 14.182/2021, que privatizou a Eletrobras e impôs um “teto de voto” que limita a 10% o poder de decisão de qualquer acionista, inclusive da própria União, mesmo que atualmente ela detenha 42% das ações ordinárias.

Na prática, o Estado brasileiro ficou impedido de defender plenamente o interesse público em uma empresa estratégica – um mecanismo que favorece investidores privados e enfraqueceu a soberania energética.

O acordo firmado na Câmara de Conciliação tenta miti-



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

## Sinergia negocia ACT 2026 na AXS Energia

O Sinergia realizou na semana passada a primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo na AXS Energia. A data-base da categoria é 1º de janeiro. Na avaliação do dirigente sindical Carlos Alberto de Souza, que participou da reunião, a contraproposta poderia ter ido além: “é o quarto ano que a AXS afirma que ainda não poderá conceder um aumento ou melhorar benefícios como desejava. Em anos anteriores, eles afirmavam que esses benefícios viriam na negociação do ano seguinte. Dessa vez, jogaram as possibilidades de melhorias somente para 2028”. Pela empresa, a proposta foi de reajuste dos salários pela inflação e o vale alimentação também pela inflação, com arredondamento para cima. A AXS também afirmou que poderá fazer uma reavaliação do valor do vale na metade de 2026, mas **sem garantia** de que haverá reajuste. O Sinergia lembrou que o **vale da AXS é o menor** dentre os Acordos negociados pelo sindicato e que a empresa tem sede numa região com alimentação cara. Pedidos de cláusulas novas apresentados pelos trabalhadores **foram negadas pela AXS**.



## Quase 70% da população avalia que sindicatos são importantes

Pesquisa Vox Populi divulgada em 1º de dezembro mostra que 68% dos trabalhadores brasileiros consideram sindicatos importantes ou muito importantes para a defesa de seus direitos e a melhoria das condições de trabalho. Além disso, a pesquisa revelou que mais de **70% dos entrevistados defende o direito de greve**. A pesquisa ouviu 3.850 trabalhadores com e sem carteira assinada em todas as regiões do País e tem margem de erro de 1,6 ponto. De acordo com Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese, em entrevista à Rádio Brasil de Fato, o resultado surpreendeu até mesmo especialistas. “Surpreendeu porque o que sempre temos acesso são informações que vêm de determinados segmentos da sociedade, de pesquisas de grandes empresas de mídia, que repetem continuamente que o movimento sindical não tem mais representatividade”, disse. Para ela, quando a pergunta é feita diretamente aos trabalhadores, surge outro retrato. A pesquisa ainda revelou que **63,8% dos trabalhadores entendem que a prioridade dos sindicatos deve ser a luta por melhores salários e 36,6% pedem bons empregos**. 80% dos entrevistados disse ser favorável à pauta da redução da jornada de trabalho e ao fim da escala 6x1.

## Sinergia participa mais uma vez do Natal Sem Fome

O Sinergia participa mais um ano do Natal Sem Fome. O ato, que será realizado dia 22 deste mês, é organizado pelo MST, entidades sindicais e pelas cooperativas da Reforma Agrária. A ação pretende distribuir alimentos para cerca de 300 famílias de comunidades urbanas, indígenas, trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e pessoas em situação de rua. Os produtos, comprados a preço de custo das cooperativas, somam R\$34.810. **Contribuições de voluntários podem ser feitas via PIX (48) 99141-2705 – Ana Vanderlita Maganabosco**. O Sinergia chama a categoria a também somar nessa ação humanitária.



Imagem da Ação do Natal Sem fome em 2024

# Circuito de arte em Santa Catarina é tema do novo livro de Kamilla Nunes

“Maresia: Arte Contemporânea em Santa Catarina” será lançado na quinta-feira, dia 11 de dezembro na Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis



Crédito: Divulgação

Santa Catarina ganha um novo registro de sua produção artística contemporânea. No próximo dia 11 de dezembro, às 19h, a Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis, recebe o lançamento de “Maresia: Arte Contemporânea em Santa Catarina”, obra da artista visual, curadora e professora Kamilla Nunes. A entrada é gratuita.

Aos 37 anos, a manezinha que escreve sobre arte desde os 18 consolida em 208 páginas uma pesquisa que atravessa décadas e reúne entrevistas, depoimentos e ensaios de artistas e curadores atuantes no estado.

A publicação, aprovada pela Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) 2024 e publicada em coedição pela CAIS Editora e Editora Editora, será distribuída gratuitamente em versões impressa, digital e audiolivro. No tamanho A5 e dividido em seis capítulos, Maresia se organiza em três grandes eixos: circuitos, artistas e instituições, e busca compreender a virada do século XXI na arte contemporânea, sem cair em rótulos ou bairrismos.

Kamilla ressalta que a obra se organiza como um percurso compartilhado, fragmentos que se abrem em múltiplas direções, como um arquipélago de experiên-

cias, onde cada ilha é correnteza, memória em deriva, pensamento em movimento.

“Distante da lógica do bairrismo e da tentativa de fixar características de uma ‘arte catarinense’, prefiro pensar, com Édouard Glissant, em arquipélagos: espaços de relação que admitem a multiplicidade do real, aproximam litorais e aceitam a deriva sem reduzi-la à futilidade. É nesse mar que este livro se escreve, feito de errâncias, ecos, maresias e correntes cruzadas”, compartilha Kamilla.

A autora, que em 2013 publicou o livro “Espaços Autônomos de Arte Contemporânea”, atua como curadora e professora e já passou por diversas instituições de Santa Catarina, sempre com foco na criação de espaços de encontro e reflexão sobre os processos artísticos e curatoriais, sente-se feliz em lançar mais um trabalho num dos espaços mais conceituados de arte contemporânea em Santa Catarina. “É uma honra e um privilégio lançar este livro na Fundação Cultural Badesc”, completa.

O lançamento acontece na Fundação Cultural Badesc, que fica na Rua Visconde de Ouro Preto, 216, no Centro de Florianópolis.

## Diversas cidades promovem atos pelo fim dos feminicídios

Cidades de diversas regiões do Brasil promoveram na última semana atos e manifestações contra o feminicídio e contra todas as formas de violências contra a Mulher. Os atos foram convocados para debater principalmente o papel dos homens nessa luta, após uma alta no número de mortes de mulheres nos últimos anos.

Em Florianópolis, foi realizada uma caminhada na tarde de domingo, dia 7, entre a Ponte Hercílio Luz e o TICEN, no centro da capital. Nas palavras de ordem, nos cartazes e nas faixas no ato, os participantes pediam o fim da violência contra a mulher e homens discursaram cobrando que conversem com outros homens sobre o assunto. O assassinato recente da professora Catarina Kasten, de 31 anos, na praia do Matadeiro, também foi lembrado e cobrado que seja feita justiça.



## SINERGIA

# Cortejo de Natal visitará empresas na próxima semana

Ação faz parte da programação cultural anual do sindicato

O Sinergia percorrerá os postos de trabalho nas empresas de energia da Grande Florianópolis na próxima semana com o tradicional



“Cortejo Natalino”. De acordo com o dirigente do Sinergia Lucas Henrique da Silva, “neste ano queremos levar para cada trabalhador e cada trabalhadora a força da solidariedade e da coletividade. Para o Sinergia, é na solidariedade que fortalecemos nossa coragem para enfrentar os ataques à classe trabalhadora e assim criar um novo amanhã”.